



MUNICÍPIO DE SETÚBAL
CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SETUBAL

Realizada em 04 de abril de 2018

N.º 07/2018

Aos quatro dias do mês de abril do ano de dois mil e dezoito, realizou-se, pelas dezasseis horas e trinta minutos, no salão nobre dos Paços do Município, uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Setúbal.

Esta reunião foi presidida pela Sra. Presidente da Câmara Municipal Maria das Dores Marques Banheiro Meira e na mesma estiveram presentes o Sr. Vice-Presidente Manuel Joaquim Pisco Lopes e os Srs. Vereadores Fernando Jorge de Oliveira Paulino, Carlos Alberto Mendonça Rabaçal, Carla Alexandra Potrica Guerreiro, Nuno Miguel Oliveira de Carvalho, Pedro Sérgio Fernandes Pina, Ricardo Jorge Fialho Oliveira, Sandra Marina Lopes Frota Gomes e Eugénia Filomena Rodrigues Valido Oeiras da Silveira e Silva.

O Sr. Vereador Fernando Miguel Catarino José, esteve presente em substituição do Sr. Vereador Paulo Alexandre da Cruz Lopes, ficando o pedido de substituição e o documento de verificação de legitimidade e identidade de membro substituto, em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 1 e 2

Secretariou a reunião, de acordo com n.º 3, do art.º 25.º, do Regulamento da Organização de Serviços em vigor, o Diretor do Departamento de Administração Geral, Finanças e Recursos Humanos, Paulo Jorge Simões Hortênsio.

A) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1 – Informações à Câmara (Eventual apresentação)

- a) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pela Sra. Presidente, no âmbito do seu gabinete, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 3.
- b) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pela Sra. Presidente, no âmbito do Departamento de Administração Geral, Finanças e Recursos Humanos, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 4.
- c) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pela Sra. Presidente, no âmbito do Departamento de Urbanismo (Licenciamentos), conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 5.
- d) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pela Sra. Presidente, no âmbito do Departamento de Urbanismo, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 6.
- e) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pelo Sr. Vice-Presidente, no âmbito da Divisão de Recursos Humanos, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 7.
- f) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pelo Sr. Vereador Carlos Rabaçal, no âmbito do Departamento de Obras Municipais, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 8.



2 – Assuntos diversos de interesse para a autarquia

Sra. Vereadora Eugénia Silveira – No seguimento de um artigo publicado no “Diário de Setúbal”, na passada segunda-feira, tenho algumas notas para esclarecer a situação. O artigo tinha a ver com a contratação de veterinários municipais e da necessidade que achavam em que os tivéssemos. Na passada sessão da Assembleia Municipal a Câmara foi instada por um membro da bancada do PSD sobre o embarque de animais no Porto de Setúbal e a alegada falta de atuação dos serviços municipais, não obstante haver dois veterinários municipais. Eu, o Sr. Vice-Presidente e o Sr. Vereador Ricardo Oliveira, em privado, tivemos oportunidade e interesse em esclarecer o PSD sobre o assunto, desfazendo os equívocos da intervenção produzida. No entanto, esta semana, e como disse inicialmente, foi publicada a notícia a partir do comunicado do PSD sobre o mesmo assunto, quando já tínhamos conversado na Assembleia. Como já haviam sido devidamente esclarecidas estas questões temos de entendê-las, com o propósito de prejudicar a imagem da Câmara, e, de certo modo ludibriar os setubalenses. Lamentando profundamente que o PSD desrespeite desta forma o mandato que lhe foi conferido pela população. Prestamos uma vez mais os necessários esclarecimentos para a correta informação aos setubalenses e para repormos, de certo modo, a verdade. Não existe no concelho de Setúbal, como em muitos outros, a figura de veterinário municipal, cuja função e condições de acesso e carreira decorrem de legislação própria. A Câmara Municipal tem no seu mapa de pessoal dois técnicos superiores licenciados em medicina veterinária e que cumprem funções diversas de acordo com as competências atribuídas pela lei às câmaras municipais. Nenhuma entidade compartilha qualquer valor sobre o vencimento destes técnicos superiores, os seus vencimentos são única e exclusivamente pagos pela Câmara Municipal. A competência de inspecionar e fiscalizar todas as ações de embarque e desembarque de animais não é das câmaras municipais, mas sim da administração central através da DGAV. Nesse sentido, as questões dirigidas pelo PSD à Câmara são equívocas, não são corretas. Não foram transferidas recentemente quaisquer competências da administração central para os municípios nestas matérias, pelo que a necessidade encontrada pelo PSD de abertura de concurso para reforço de pessoal não existe. A título informativo, a Câmara foi recentemente contactada pela DGAV e encontra-se realmente em laboração um protocolo de colaboração para melhorar a capacidade de resposta deste serviço público. Isto no âmbito das suas atribuições e competências e no espírito de colaboração e aprofundamento das relações com a administração central em matérias de saúde pública e bem-estar animal.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – O comunicado foi enviado para a comunicação social no dia 26, e lamentavelmente só foi reproduzido mais tarde. Sem prejuízo disso, e como é evidente, espero que se mantenha a boa relação de contacto e esclarecimento para resolver o problema, porque isso é que é o mais importante.

Também temos de perceber que apesar de o jornal ser um diário, normalmente só dá privilégio às notícias sobre Setúbal às segundas-feiras. Houve um desfasamento, mas isto está justificado e acho que não vem mal nenhum ao mundo. Quanto a certas partes do comunicado não sei como estão as coisas e daí desejar que a boa relação de colaboração entre a Câmara e a DGAV se mantenha e se aprofunde para resolver problemas futuros dentro das competências das entidades.

Sr. Vice-Presidente – Este tema tem relevância em si próprio, mas também no quadro político mais alargado e que é o da fase em que estamos, de preparação, ou intenção disso, numa concentração de competências mais vasta, mas em condições que se desconhece. Com responsabilidades que se conhece mais ou menos, nas competências governamentais para as autarquias. Aquilo que a Sra. Vereadora Eugénia Silveira disse é de toda a oportunidade e também é demonstrativo da falsidade da argumentação que o membro do PSD na Assembleia Municipal, Pedro Vieitas, fez em relação à Câmara. Não estamos a incumprir a lei tendo dois veterinários nos quadros dos técnicos superiores do Município. Não



estamos a usufruir da possibilidade de financiamento da parte da DGAV, mas a responsabilidade de verificação das condições dos animais, da salubridade pública e do bem-estar animal, não se altera. Não podem ser atiradas para cima do Município. É ao Ministério da Agricultura e à DGAV a quem o compete. Mesmo quando se firmar o protocolo de colaboração entre a Câmara e a DGAV, mesmo que haja um técnico que possa repartir as suas funções na Câmara e na DGAV, quem dirige essas operações são sempre os serviços do ministério, competindo ao veterinário municipal colaborar com o ministério. É sempre uma função de colaboração com as iniciativas do ministério, e, portanto, se estamos a verificar uma situação de transporte de animais em condições que ofendem o bem-estar animal, a responsabilidade nunca pode ser atirada para cima de nós. Na sua falta, ou omissão, a responsabilidade é da entidade responsável pela inspeção e fiscalização. Inclusivamente a ASAE também tem responsabilidades na fiscalização dessas condições. O que é inadmissível é esta “opereta” de política local de tentar atirar responsabilidades para cima do Município quando elas estão no Ministério da Agricultura e das Pescas e na ASAE. A Câmara colabora com os ministérios todos. Já tendo dois técnicos no seu quadro vai tratar também de fazer a contratação de um veterinário que seja cofinanciado pela DGAV para fazer essas funções. O Município colaborará sempre, mas não nos podem atirar com a falta de iniciativa sobre a verificação das condições do bem-estar animal nestas operações de exportação. Esta é uma clarificação que da minha parte fica feita de uma vez por todas, a não ser que haja má-fé. Isto não tem a mínima justificação em ser atirado como uma arma de arremesso contra a Câmara, contra esta ou outra qualquer, porque não é às câmaras que compete fazer esse papel. Isso já foi feito pelo PAN e agora foi replicado pelo membro da Assembleia do PSD, e, portanto, o esclarecimento faz todo o sentido. Julgo que é suficientemente claro para arrumar o assunto de uma vez por todas.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Se a CDU quer continuar a dedicar tempo na reunião a este tema terei todo o gosto em fazê-lo, contudo, a questão que aqui se colocou, e que é importante, tem a ver precisamente com aquilo que está dentro do alcance do município de Setúbal, obviamente limitado às suas competências onde está, por exemplo, a tal contratação com a participação do Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural. Se essa colaboração está a decorrer ainda bem. Se, porventura, existe qualquer outro tipo de iniciativa política que o PSD chama à atenção, ela não é apenas dirigida à Câmara, mas sim a todas as entidades que têm competência sobre esta matéria. Se a Câmara considera que está a fazer tudo o que é possível então não há mais assunto. Agora, nada disto comporta falsidades, chama-se à atenção do problema de uma forma muito diferente daquilo que o PAN tem feito. Este partido tem uma posição até de desconhecimento e sem apresentar soluções. Já o PSD, no seu comunicado, faz uma chamada de atenção, não só ao Município, mas também ao Governo, chamando à atenção da necessidade de intervenção, e até da possível colaboração, e que até segundo informou a senhora vereadora está em curso. O que dizemos não comporta nada de falsidades, isso não se encaixa minimamente no comunicado do PSD, que não tem uma única falsidade e nem tem esse ataque cerrado à Câmara como o Sr. Vice-Presidente está a dar a entender, nem de perto e nem de longe.

Sra. Vereadora Carla Guerreiro – Não sei se o Sr. Vereador leu a notícia, mas o que está no “Diário da Região” é exatamente que a Câmara está a cometer uma ilegalidade, isso está lá escrito assim, e duvido que não seja o que está no comunicado. Percebo que o Sr. Vereador diz que foi no dia 26, mas penso que um esclarecimento da parte do PSD sobre o silêncio, inércia e dever do Município também não ficava mal. Tudo isto realmente põe em causa o bom nome do Município e dos técnicos municipais desta área.

Sra. Presidente – É claro que é má-fé, ainda mais vindo de onde veio, de um técnico da ASAE que é membro do Partido Social Democrata e que sempre põe estas questões com má-fé. O IMI e outros chavões estão a ficar esgotados, e, portanto, há que arranjar outra coisa. É claro que a ASAE sabe muito bem de quem são estas competências. É técnico da

ASAE que espero que seja competente, não o conheço, mas penso que saberá quais são os deveres e obrigações dos técnicos da ASAE. Sabe muito bem o que compete à ASAE fazer. Quando vem de uma pessoa assim temos de dizer que há má-fé. Estas atitudes político-partidárias têm de ter limite. Como disse no início, o que vai de mal ao mundo é não nos explicarmos, já que quem cala consente. Temos de esclarecer as pessoas que isto não é verdade, só isso.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Vou ler a nota de imprensa, porque, como é óbvio, ela torna-se importante:

“Os deputados municipais do PSD, têm acompanhado com grande preocupação as notícias vindas a público, relativas aos maus tratos no transporte de animais vivos, relacionadas com a exportação destes para Israel por via marítima, utilizando como plataforma o Porto de Setúbal.

Estas notícias poderão trazer um impacto negativo à economia local e nacional, resultante quer de uma possível deslocalização dos navios para outros portos, quer da cessação dos contratos anteriormente firmados, o que acabaria por ser catastrófico em termos económicos na nossa região. É de extrema importância, a salvaguarda do bem-estar animal, bem como das atividades económicas, que se traduzem em milhares de postos de trabalho.

Perante estes relatos, uma delegação dos Deputados Municipais liderada por Pedro Vieitas Antunes, reuniu no dia 26 de março de 2018, com a Subdiretora Geral da DGAV, Dra. Graça Mariano.

Foi transmitido pela Sra. Subdiretora Geral, que as exportações em causa são submetidas a um rigoroso acompanhamento por parte da DGAV desde as explorações pecuárias até ao embarque dos animais nos navios no Porto de Setúbal, no qual, se encontra sempre presente um Médico Veterinário que acompanha toda a operação.

Não obstante a ação desenvolvida pela DGAV é entendimento do PSD que é necessário proceder-se ao reforço de médicos veterinários presentes no local, uma vez que derivado ao grande número de animais a operação decorre durante um elevado número de horas.

Sabendo que a Câmara Municipal de Setúbal conta no seu quadro com dois médicos veterinários municipais, os quais vêm o seu vencimento ser compartilhado em 40% pela DGAV, têm o dever de, nos termos da legislação vigente, colaborar com o Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural (MAFDR), na área do respetivo município, em todas as ações levadas a efeito nos domínios da saúde e bem-estar animal, o PSD não entende a inércia dos respetivos serviços municipais relativamente a esta questão, bem como o silêncio do executivo, pois não podemos deixar de lembrar que os médicos veterinários municipais dependem, hierárquica e disciplinarmente, do presidente da câmara da respetiva área da sua intervenção.

O PSD tem a noção das competências latas dos médicos veterinários municipais, em que com a crescente transferência de competências da DGAV para os municípios, trazendo responsabilidades acrescidas a este corpo médico, torna-se necessário o reforço do seu quadro, através de abertura de procedimento concursal, com o objetivo de dotar esta autarquia de mais meios humanos necessários ao acompanhamento aos novos desafios que lhe são postos.”

Portanto, não se alega que a Câmara está a cometer alguma ilegalidade. Na dinâmica própria e desempenho, e enquanto autarca, houve uma conversa. Houve um debate na Assembleia Municipal, e estão a dizer que agora falta o PSD voltar a insistir sobre o assunto e enviar um novo comunicado. Ou faltou pedirmos ao jornal para dizer que o PSD disse que a Câmara não cometeu nenhuma ilegalidade, ou então poderão os senhores emitir o respetivo comunicado e dizer que aquilo foi esclarecido, que existe uma boa relação entre o Município e a DGAV, e que o problema está a ser tratado. Naturalmente que creio que a última hipótese será melhor, mas, com certeza, esse é um caminho que vos cabe decidir e não a mim. Não confundimos as coisas, como é evidente, esta é uma competência que é em primeira linha da DGAV. Regista que é importante haver um reforço de médicos veterinários, há uma linha de colaboração, e é isso que é suposto acontecer da parte de um deputado municipal, que isto

pode ser reforçado entre o Município e DGAV. É nessa linha de colaboração em que está aqui a ser registado esse apelo, e segundo a informação que aqui foi dada ela está a ser colocada em andamento. Se quiserem continuar a insistir no tema após dizerem que há efetivamente uma questão que está a ser tratada, e que está a ser resolvida, então que o façam, mas não vou estar a ler mais comunicados e nem a falar em nome da DGAV. Muito menos falarei sobre aquilo que é a atitude ou o desempenho de uma pessoa que é deputado municipal e que apenas nessa qualidade está a intervir politicamente aqui e em nada mais.

Sr. Vereador Ricardo Oliveira – O Sr. Vereador Nuno Carvalho está aqui a tentar dar uma ideia de uma inocência por parte do PSD num tema, e está a ver se passa baseado numa falsidade. Se o PSD reuniu com a Sra. Subdiretora Geral da DGAV sabia perfeitamente que o Município não tinha veterinários municipais participados em 40%. Depois, o Sr. Vereador insiste numa ideia de que cabe aos municípios participar em 60%. Ponha-se na perspetiva oposta, ou seja, os municípios de Setúbal têm de participar em 60% os custos dos salários dos veterinários da Administração Central, sendo que lhes cabe fazer a fiscalização da exportação num porto internacional. O que está a dizer é que deverá ser uma competência das câmaras municipais, fazer controlo de fronteiras, é o que está a passar aqui! É disso que estamos a falar e do controlo de bens de exportação numa fronteira que é o Porto de Setúbal. A Câmara de Setúbal, e como já foi aqui e bem-dito, pelo Sr. Vice-Presidente e pelas Sras. Vereadoras Carla Guerreiro e Eugénia Silveira, estando-se a discutir uma cooperação com a DGAV será na área de competência dos municípios. Não será nas áreas de competência de controlo de fronteiras e por muito municipalista que o Sr. Vereador possa querer ser, ou fazer a ideia de que é. O que está a fazer e o PSD também, e por isso é má-fé, é atribuir uma responsabilidade à Câmara sobre uma operação de exportação na qual não tem competências e nem poderá ter. Já agora, para algum esclarecimento do próprio PSD, não é apenas um veterinário que acompanha a operação, é um veterinário de cada vez. Fique a saber que são três veterinários que acompanham a operação, pelo menos a cada 24 horas. Essa falta de quadros que a DGAV terá para fazer isto, faz com que não façam outras coisas que precisam de fazer. Não é a razão da falta de acompanhamento das operações de exportação, que tal como outros, nós valorizamos.

Sr. Vice-Presidente – Não somos nós que estamos a querer prolongar o tema. É o PSD que quis arvorar um tema. Pôs “o pé na poça” e está a querer livrar-se do problema rapidamente. Não pode é livrar-se disto mantendo acusações infundadas. Quando o Sr. Vereador Nuno Carvalho leu o comunicado do PSD acabou de fazer uma confissão de má-fé. Entende isso? Afirma no comunicado que leu agora que os veterinários são participados pela DGAV, é verdade ou mentira? Já sabe que é falso, são técnicos superiores com função de veterinários, mas não são participados e nem têm essa figura, são totalmente pagos pela Câmara. O Sr. Vereador acabou de ler o comunicado e tendo o Sr. Deputado Municipal Pedro Vieitas Antunes reunido com a DGAV foi informado que toda a operação estava a ser acompanhada devidamente por eles com técnicos e veterinários. Estando a ser acompanhado o Sr. Deputado, ou o PSD, porque o põe em comunicado? Retiram a ilação de que quem devia lá estar eram os técnicos municipais. Porquê? Porque lhes interessa politicamente atacar a Câmara, porque se os serviços responsáveis dizem que está a ser devidamente acompanhado e que está a ser fiscalizado. Porque é que depois vêm acusar a Câmara de não estar a fazer nada? Voltando ao decreto que enquadra essa possibilidade de colaboração é uma forma de os municípios participarem as despesas dos encargos dos técnicos superiores do Ministério da Agricultura. É o decreto-lei n.º 106/98 que foi invocado pelo Sr. Deputado Pedro Vieitas Antunes na última Assembleia Municipal, quando as funções deste veterinário municipal são de uma natureza que tem funções municipais como os mercados, canis, etc., mas também tem funções de colaboração com o Ministério da Agricultura. É colaboração e depende sempre da iniciativa do ministério. Houve alguma colaboração solicitada aos técnicos superiores veterinários do Município que não fosse atendida? Se não houve é má-fé insinuar que ela não existe. Não valia a pena ter estendido o

assunto ao ler o comunicado, porque ao lê-lo está a fazer uma confissão de má-fé. Por mim acho que o assunto está esclarecido e pode ficar arrumado, a não ser que o pretenda prolongar e continuaremos a repor a verdade.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Li o comunicado porque os senhores alegaram um conjunto de situações que era importante esclarecer que não estão lá. Começámos por falar num comunicado anterior a um debate que ocorreu na Assembleia Municipal, e, portanto, anterior a conversas que já ocorreram, quer públicas, quer até supostamente privadas, inclusivamente com o Sr. Deputado Pedro Vieitas Antunes. É ainda natural que se apele ao reforço de colaboração, caso ele exista entre a DGAV e o município de Setúbal, e esse pedido mantém-se. Não se está “a pôr a pata na poça” em lado nenhum! Aquilo que é colaboração e cujo apelo se manifesta mantém-se. É uma posição política que o PSD mantém em tudo o que nos leva até esse ponto. Os senhores são mais do que eu e podemos prolongar a tarde inteira, mas é-me completamente impossível responder a cada um de vós sem maçar toda a gente. Deixo aqui manifestada a posição do PSD que não está minimamente retirada. Está, inclusive, reiterada e no sentido que essa cooperação se mantenha e se reforce no futuro.

Sr. Vereador Pedro Pina - Leu a moção “Financiamento das companhias de teatro setubalenses pela DGArtes”, ficando a mesma anexa à presente ata, sob o registo n.º 9:
“A Câmara Municipal de Setúbal manifesta o seu protesto e demonstra total indignação por uma vez mais, as companhias de teatro do concelho de Setúbal ficarem excluídas do financiamento decorrente do Concurso «Programa de Apoio Sustentado 2018-2020», promovido pela DGArtes.

As companhias de teatro cumprem, no entender desta autarquia, importante papel na criação individual e coletiva. São elas que oferecem bens culturais essenciais a uma vivência mais rica e estimulante, daí ser fundamental os apoios que recebem do Estado.

A Câmara Municipal de Setúbal não esquece a conseqüente precariedade em que vivem estas estruturas, em particular atores e atrizes que, todos os dias, batalham pela sobrevivência e que tantas vezes se transcendem ao fazerem tanto com o pouco que recebem.

É com enorme inconformismo que este município recebe os resultados do concurso, sobre o qual foi gerada grande expectativa junto dos vários agentes culturais, e manifesta solidariedade a todas estruturas que ficaram excluídas deste apoio, ao mesmo tempo que expressa total discordância pela forma como o Governo do Partido Socialista tratou este processo de apoio às artes e à cultura em Portugal, submetendo este setor a cortes de financiamento inaceitáveis.

Assumimos o compromisso de tudo fazermos para, no que ainda for possível, reverter esta situação. Foi nesse contexto que a câmara municipal reuniu já com as estruturas afetadas pela falta de financiamento, assim como solicitou uma reunião urgente com o senhor ministro da Cultura para procurar soluções que permitam reverter este grave atentado ao teatro e cultura de Setúbal.

Propõe-se, assim, a aprovação de uma moção de protesto pela exclusão das companhias de teatro do concelho do financiamento concedido no âmbito do concurso promovido pela DGArtes, moção que deverá ser remetida ao senhor ministro da Cultura e ao senhor primeiro-ministro, a quem se apela que revejam, com urgência, a decisão de excluir as companhias setubalenses.”

Sr. Vereador Fernando Paulino – Nós, Partido Socialista, estamos obviamente solidários com as companhias de teatro de Setúbal que ficam de fora deste concurso e pela negativa. Somos a favor da coesão territorial, sabemos que é necessária e que deve ser feita através de uma diferenciação, que, neste caso, foi negativa. Assim, associamo-nos à moção dizendo também que certamente esta situação deverá ainda ser revertida. Isto pelo que temos vindo a tomar conhecimento através da comunicação social, através de algumas declarações proferidas quer através do Sr. Ministro, quer através do Sr. Primeiro-Ministro. Certamente que

este concurso terá um desfecho diferente daquele que atualmente tem. Naturalmente associamo-nos à moção, defendendo que deve haver alterações ao financiamento das companhias de teatro. Sabemos que essas regras devem ser alteradas e este programa visava precisamente essas alterações. Obviamente não podemos concordar que Setúbal fique de fora deste apoio.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Esta questão não deve ser posta do ponto de vista partidário, mas sim do nosso concelho. Isto é extremamente importante e nas suas vertentes contribui para a nossa sociedade. Tanto que o atual ministro reconheceu que há uma revisão do processo iniciado e que tem que ser feita, portanto, é preciso rever o que está a ser revisto. Naturalmente que todos os apelos são poucos para que essa revisão ocorra e com a maior celeridade possível. A moção vinca e bem a questão da importância dessa revisão ou reversão ocorra, e a celeridade é crucial. Se porventura os apoios vierem a acontecer mais tarde essa situação é prejudicial para um setor que vive em condições muito difíceis. Não posso deixar de registar que a alusão é ao Partido Socialista, mas para mim o governo não é só o PS, mas isso será talvez só uma questão de entendimento, para mim é suportado por diferentes partidos. Ainda assim votarei favoravelmente a moção.

Sr. Vereador Pedro Pina – Acho que hoje o Sr. Vereador Nuno Carvalho é capaz de dizer que continuamos a reunir na sala de sessões e que não estamos no Salão Nobre, mas estamos, de facto, a reunir no salão e pelas razões já evidenciadas. Relembro-o que a ausência de apoios às estruturas do teatro e outras em Setúbal já vem dos governos do seu partido, portanto, esta situação não é inédita. Se fossemos ao rigor até podíamos acrescentar isto à moção. Faz esta manifestação, mas obviamente que aquilo que nos move nesta moção é Setúbal. Também queria, enquanto vereador que ao longo dos últimos anos tem acompanhado as questões da Cultura, demonstrar a solidariedade deste município com outros territórios do País que foram excluídos. Os sucessivos governos têm feito esta extraordinária coisa que é depauperar a cultura e destruir dezenas de estruturas de criação artística do País, inclusivamente o governo do Partido Social Democrata. O Sr. Vereador poderá com grande facilidade consultar isto nos diferentes apoios que foram dados. Nesta matéria a questão da geringonça não se aplica. Foi exatamente o Partido Comunista Português que na Assembleia da República propôs, no que diz respeito aos apoios, que fosse possível apoiar em mais 900 mil euros as estruturas de teatro. Isto com o voto contra do Partido Socialista, curiosamente, e com os votos favoráveis na Assembleia da República do PSD e CDS. Portanto, estamos a falar de opções políticas, sim, estamos a falar daquilo que é a visão para a cultura, de expectativas que foram geradas nas estruturas, de critérios concursais que não têm capacidade de diferenciar a criação artística e que põem no mesmo saco aquilo que são critérios de estruturas de programação e de criação artística. Continuamos ao longo de décadas e décadas a ter aquilo que é uma visão pobre sobre a criação artística e a importância da cultura para o País, para a cidade e para as regiões. Esta foi a política deste governo de agora. Não nos satisfaz a expectativa do Sr. Ministro a reboque da manifestação de autarcas, agentes culturais, atores e atrizes que nos últimos dias têm vindo a público, inclusive, das próprias estruturas de Setúbal. Isto não nos deixa satisfeitos, e, por isso mesmo, a Sra. Presidente, e como é expresso nesta moção, já fez a solicitação ao Sr. Ministro. Digo ainda, a título de curiosidade, que a Câmara Municipal, na pessoa da Sra. Presidente, e que tive o privilégio de acompanhar, tinha e já realizou uma reunião ainda nesta legislatura com o Sr. Ministro da Cultura, que, entretanto, poucos meses esteve no exercício das funções. Aliás, este Sr. Ministro da Cultura também já esteve em Setúbal por ocasião das Comemorações Bocagianas e também manifestou essa preocupação. De boas vontades está o mundo cheio, mas continuamos novamente confrontar-nos com a dependência que, neste momento, estas estruturas têm para sobreviver. A Câmara Municipal é o seu apoio fundamental e disso não abdicaremos, porque temos na Cultura um pilar fundamental para o desenvolvimento da cidade, e continuaremos a apoiar para que assim possa ser possível trabalhar para a criação artística.



Sr. Vereador Fernando Paulino – Como disse, estamos completamente de acordo com esta moção que entendemos que é completamente justa e justificada, e não queremos que se acrescente nada relativamente a governos, porque não é disso que se trata. Também gostaríamos que não estivesse plasmada a frase da estranheza pela forma como o Partido Socialista trata as artes e cultura em Portugal, porque ainda não sendo este um processo encerrado não se pode fazer uma afirmação destas. Gostaríamos que esta frase fosse transformada numa que não demonstrasse, categoricamente, que não há apoio às artes em Portugal pelo Partido Socialista, porque isso também não é uma verdade. Se esta frase fosse retirada obviamente votaríamos a favor.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Somos todos vereadores do Município de Setúbal e temos todos, não só o direito, mas também o dever, de defender os interesses do nosso município. Quando há consenso à volta disso não se deve estragá-lo, mas também não se deve procurar razões para se estragar o consenso. Alguém pode querer ser oposição a alguém aqui, ou a algum partido, mas tenho a certeza que ninguém quer ser oposição ao Município. Não nos devemos perder neste momento no rumo e no foco que é defender o nosso Município. Se porventura questões políticas ou partidárias interessam, então que as discutam fora deste tema, porque ele deve merecer o nosso consenso.

Sr. Vereador Pedro Pina – Acho sempre muito curioso estas intervenções de querer despartidarizar e despolitizar, isto são opções políticas e que os partidos têm, com base nas opções políticas. Peço imensa desculpa, Sr. Vereador, mas se isso lhe faz confusão é um problema que terá de resolver consigo mesmo e com as suas convicções, mas, de facto, as políticas têm rosto, têm cara e partidos, e isto é o resultado de longas décadas. Sobre essa matéria podemos conversar neste ou noutro sítio sobre aquilo que têm sido as opções dos diferentes governos, mas com certeza que teremos opção. Ao Sr. Vereador Fernando Paulino e para esclarecimento sugeria que não fosse considerado parcial da nossa parte e que visse aquilo que são as declarações das estruturas do teatro, nomeadamente as de Setúbal. Isto sobre a declaração que acabou de proferir. Quando faz a declaração que faz, a querer alterar aquilo que aqui está expresso, não é mais nem menos até do que acolher as reivindicações e as expectativas. Vou-lhe dar um exemplo simples, é verdade que este governo, este ministro ou este secretário de Estado criaram expectativas de enorme monta nas estruturas teatrais e foram profundamente defraudadas. Vou-lhe dar um exemplo, e sem ser falar de financiamento, a desburocratização do processo de elegibilidade para as candidaturas à DGARTES. Houve, de facto, um balão de oxigénio que foi gorado na saída dos resultados. Como sabe o orçamento para a cultura baixou e foi uma opção do governo do Partido Socialista contra a posição de quem na Assembleia da República tinha outras opções. Portanto, sobre essa matéria querer alterar aquilo que é a verdade dos factos nestas questões não faz sentido. Reconhecermos e estarmos todos solidários, acho ótimo e reconheço isso, mas não vale a pena que tenhamos nesta moção coisas que não correspondem. De facto, basta ver aquilo que é a manifestação das diferentes estruturas e forças partidárias, de vários territórios e câmaras municipais. Isto parece-me uma obviedade perante aquilo que são os factos inevitáveis. Querer agora pôr aqui uma outra coisa que não me parece que faça sentido.

Sr. Vereador Fernando Paulino – É só para evitar uma generalidade, estamos a focar-nos numa objetividade, num apoio. Sabemos que isto é política e qual é o propósito. Somos solidários com as companhias de teatro, estamos contra a forma como o programa foi decidido, mas nem tudo o que está nesta moção corresponde aquilo que é a realidade. Isto é uma generalidade.

Sr. Vereador Pedro Pina – Então queria que oportunamente a bancada do Partido Socialista dissesse em Setúbal onde é que está a capitalização das medidas de apoio à cultura, e que me desses exemplos concretos, já que esta questão é uma "generalização". Que defenda as



razões, porque acha que não estamos a ser justos relativamente ao teatro e outras matérias, nas artes plásticas, cinema, dança, etc... Que diga que isto não é verdade, porque o financiamento aumentou na área do património e museus. Demonstre isso e terei todo o gosto em vir noutra reunião dizer que o Sr. Vereador tem razão, mas isto, e tal como sabe, não é verdade.

Sr. Vereador Fernando José – Estamos aqui a tentar arranjar um consenso à volta de uma moção que nos une a todos, e, portanto, quanto a isso não existe nenhuma divergência. A questão é que quando se coloca numa moção, com a qual estamos totalmente de acordo e solidários com as companhias de teatro em Setúbal, mas não quando se coloca nesta moção uma generalidade como: *“ao mesmo tempo que expressa total estranheza pela forma como o governo do Partido Socialista trata as artes e cultura em Portugal, submetendo este setor a cortes de financiamento inaceitáveis”*. Estamos de acordo que este processo não terá sido conduzido da melhor forma e isto já foi reconhecido pelo Sr. Primeiro-Ministro, mas este processo não está fechado. Esta moção deverá servir para reforçar Setúbal, e outros concelhos certamente irão fazer o mesmo, perante um processo mal conduzido, mas não deve servir para um ataque ao governo do Partido Socialista até porque isto não corresponde totalmente à verdade, como o Sr. Vereador muito bem sabe. Aquilo que entendemos no sentido desta moção ser aprovada por unanimidade era o retirar esta frase, ou colocar que o reconhecimento de que o processo foi efetivamente mal conduzido. Estou certo que os vereadores do Partido Socialista acreditam que este processo vai ser revisto, e tal como disse o Sr. Primeiro-Ministro é um processo que não está fechado. O Sr. Primeiro-Ministro tem dado provas durante toda a legislatura que para ele palavra dada é palavra honrada. Portanto, se um dos compromissos que assumiu logo no início foi o apoio à cultura em Portugal, certamente até ao fim da legislatura esse o compromisso irá ser assumido. Provas disso deu ele enquanto presidente da Câmara Municipal de Lisboa. Fazemos uma vez mais o apelo a que esta frase fosse retirada, porque obviamente cria alguns problemas e constrangimentos na sua aprovação.

Sra. Vereadora Carla Guerreiro – Já percebemos porque é que na perspetiva do Sr. Vereador esta é uma generalidade e não é aplicada a todos. Penso até que foi o Sr. Secretário de Estado da Cultura que veio dizer que não iam deixar cair “companhias de bandeira”. Isto foi dito pelos responsáveis, e se calhar por isso não é uma generalidade. Se calhar alguns que são de bandeira são para financiar, e, se calhar, outros que nem se conhece o trabalho que fazem não são. Os grupos municipais têm uma amplitude diferente e se calhar não são para salvar. É verdade que ontem que o Sr. Primeiro-Ministro chamou o Sr. Ministro da Cultura para esclarecer a situação, mas realmente a moção não deixa de causar estranheza, acho que até é um elogio ao Partido Socialista. Significa que as pessoas estavam à espera de muito mais do Partido Socialista nesta área daquilo que realmente se veio a dar. Se retirarmos esta frase parece que ninguém tem culpa, parece que ninguém sabia o que se estava a passar. Retirar isto daqui é como “tirar o pai da criança”, penso eu.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – O Partido Socialista e o Partido Social Democrata são responsáveis pela destruição da cultura em Portugal ao longo das últimas décadas. Mais, são responsáveis pela situação de algumas companhias, a destruição de agrupamentos dos mais diversos tipos, e por expectativas nunca concretizadas de futuras e hipotéticas hipóteses de apoio à cultura. Portanto, retirar essa informação que aí está é de certa forma fazer de conta, é um favor ao Partido Socialista. Podia ficar a ideia, e como muito bem disse a Sra. Vereadora Carla Guerreiro, de que o Partido Socialista é capaz de fazer bem melhor do que isto. O que é capaz de fazer é servir as suas clientelas, como sempre fez ao longo de todos os anos em que foi poder. Creio que o consenso que os senhores queriam que estivesse é “um de faz de conta”, portanto, não estão preocupados com o consenso. Quero é que cada um defenda as suas posições e assumam as suas responsabilidades. Esta responsabilidade da queda da cultura nas últimas décadas, de facto, é dos governos do PS e

do PSD. A responsabilidade de o orçamento ser o que é, é do Partido Socialista e foi contra a opinião do Partido Comunista e de outros partidos, assim como é a destruição do orçamento. Logo a responsabilidade é do Partido Socialista. Se corrigem ou não é o que vamos ver, e até que ponto se corrige também. Não estou a pensar nas instituições de bandeira, mas nas versões culturais deste país que são milhares e que não veem um cêntimo do estado central há décadas. Se não fossem os municípios assegurarem, já não havia um movimento cultural no País. Portanto, sobre a política dos governos estamos conversados. Se querem mudar essa política e alterar radicalmente a sua visão sobre a cultura no País é outra conversa, então que venha este conteúdo, propostas e orçamentos. Até lá esta moção traduz até de uma forma benigna aquilo que se pode dizer da política atual.

Sr. Vice-Presidente – Propunha apenas uma pequena alteração ao texto, onde se diz “estranheza” era para substituir por “discordância”.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Volto a propor que nesta frase até pode estar a discordância, proposta pelo Sr. Vice-Presidente, mas onde diz “trata as artes e cultura em Portugal”, se ponha “tratou este processo”, e nós assim estamos em total concordância.

Sr. Vereador Ricardo Oliveira – Naturalmente que chegaremos às decisões a que chegarmos, mas já agora que fique claro que o que está aqui em causa nesta intervenção e na proposta do Partido Socialista é o branqueamento de uma opção política. Uma opção que prefere investir no Fundo de Fomento Cultural que apoia pontualmente iniciativas culturais e que têm toda a sua validade e todo o seu mérito, em detrimento de apoiar estruturas de artes do teatro, dança, ou outras, e que têm uma atividade regular. A opção do Partido Socialista é que os atores e as atrizes, os técnicos de som e de produção destas companhias em causa vivam de fogachos perante uma ou outra iniciativa cultural que apareça. Só se alimentam nessa altura e só pagam as contas nessa altura do ano. Não têm direito a alimentar-se e a pagar as suas contas durante todo o ano, tal como acontece com os outros cidadãos. Foi esta a proposta que esteve em discussão e essa foi a opção que o Partido Socialista levou até ao fim. Isso fez com que este processo tenha um problema, é que “o bolo” não chega para todos. Mesmo os que foram apoiados viram os seus apoios cortados. Revejo-me totalmente nas palavras do Sr. Vereador e não nos fica nada mal recordar as palavras do diretor de “O Bando”, que mesmo tendo noção que esta é uma das companhias apoiadas ainda assim sofreu um corte, mas tem condições que outros não têm. A primeira palavra que teve foi de solidariedade com todas as outras companhias do País que viram a sua atividade posta em causa, exatamente por esta opção do Partido Socialista, e não foi por um processo mal conduzido, foi uma opção política do PS e que infelizmente coincide com a opção política dos anteriores governos, nomeadamente do PSD e CDS, infelizmente.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Esta é uma questão que podemos vir a discutir mais tarde, e até aprovar uma moção a rejeitar outra moção. Uma que fale genericamente do apoio às artes em Portugal, assim como poderíamos discutir o que é o apoio às artes no concelho de Setúbal. Não posso dizer que se não houver companhias de teatro apoiadas no concelho de Setúbal que a Câmara pura e simplesmente esquece o apoio às artes do concelho. Ninguém diria uma coisa dessas porque não é verdade, mas há companhias mais apoiadas que outras, isso existe e sempre existiu. Não estou a falar neste mandato ou noutro, mas sim na política municipal de sempre, e, portanto, não podemos generalizar. Aquilo que estamos a discutir é o financiamento e a questão de um programa que foi mal feito, conduzido e concluído, mas que ainda não está encerrado. Esta moção visa concretamente essa discussão, e, por isso é que entendemos que esta generalidade de não se apoiar as artes em Portugal não é correta. Pretendemos votar favoravelmente esta moção, somos solidários com as companhias de Setúbal, e isso foi a primeira coisa que foi dito, mas gostaríamos que esta frase não estivesse nesta moção, porque não é completamente verdade. Não gostaríamos de generalizar, mas de nos focar naquilo que é um importante. Esta frase não foi posta aqui por acaso, fazemos



política e sabemos como se fazem as coisas. Queremos efetivamente estar do lado certo, queremos efetivamente apoiar e votar esta moção integralmente, por isso a nossa pequena alteração não altera o sentido da moção e também não causa constrangimento a nenhum dos partidos aqui presentes.

Sr. Vereador Pedro Pina – Confesso-lhe que fiquei de todo atónito com as suas palavras e elas ficarão registadas em ata, assim como as de todos nós! Se o governo do Partido Socialista tivesse a mesma percentagem e a mesma visão de apoio à cultura nacional que tem a Câmara Municipal esta moção não tinha vindo aqui. É bom que se perceba o que se diz, mas podemos ir a factos concretos. Percebo que isto provoque desconforto, senão fosse assim não estavam tão empenhados em querer não beliscar aquilo que consideram uma acusação que não é justa. Várias personalidades públicas do Partido Socialista que reconhecem a verdade nas afirmações que estão aqui a ser colocadas. Posso dar vários exemplos de manifestações de vários agentes culturais, mas vamos a Setúbal, onde os apoios do Partido Socialista ao património são zero. Não estamos a falar da cultura, como sabe, o Sr. Vereador está ocupado em retirar a frase da forma como o Partido Socialista trata as artes e a cultura, e que não é só o teatro. É por isso é que o Sr. Vereador Fernando José diz que é uma generalidade e não é específico. Esta generalidade tem factos concretos, é verdadeira e os senhores sabem que nunca se olhou para a cultura em Portugal como uma prioridade, é um facto. Por isso temos agentes culturais, atores, atrizes e técnicos que sempre se manifestaram, independentemente da sua empatia partidária, contra as formas e as políticas de apoio às artes. O que está aqui a ser posto em causa não é nenhum disparate ou aberração, é um facto concreto. Por isso é que lhe estava a sugerir que leia as declarações dos mais diferentes agentes culturais de Cascais a Coimbra, do Porto a Évora, passando pelo Algarve, ou ainda o interior. Veja a forma como estes agentes culturais expressaram a sua indignação! Vejam com municípios do Partido Socialista expressaram a sua indignação! Portanto, não estamos a falar de uma situação em que se está a querer retirar dividendos político-partidários neste particular, não é disso que estamos a falar. Aquilo que queremos, na vossa solidariedade, é dizer sim, que queremos uma outra política para a cultura no País, e o exemplo é este que aqui está. A responsabilidade deste modelo de apoio é deste governo, deste ministro, e do secretário de estado que até trabalhou na DGARTES e que conhece muito bem todos os processos e todos os mecanismos. Não vale a pena falarmos de Lisboa que tem mecanismos de apoio às artes muito específicos. Estamos a falar de questões completamente distintas, não estamos a falar da mesma coisa. Manifesto a minha discordância no que diz respeito à retirada desta frase, porque apenas afirma aquilo que é uma realidade, e da qual temos assistido nas mais diferentes áreas da cultura e das artes no País. Isto com rosto e com nome, neste caso o Partido Socialista e o seu governo.

Sr. Vereador Fernando Paulino – A última palavra é da Sra. Presidente, peço que efetivamente tome em consideração aquilo que é a nossa proposta.

Sra. Presidente – Começo por achar muito estranha a intervenção do Sr. Vereador Nuno Carvalho quando diz que estamos aqui num consenso e que por isso “vamos lá esquecer estes ataques” porque o que interessa é Setúbal. Não! O que interessa é quando toca a si ou ao seu partido dizem que se está a defender um partido e as pessoas que votaram nele, mas quando toca às vossas coisas partidárias dizem que estão aqui a defender o interesse de todos. Quando toca aos outros, como começou por dizer na sua intervenção, afirmou que o governo não é só do Partido Socialista e também é nosso. Há aqui um contrassenso. Afinal, estamos aqui para defender as coisas de Setúbal, ou não? Ou seja, houve uma “ferroada” e depois um “não me ataquem mais”, e diz que estamos numa de consensos e que vamos votar todos juntos. Isto não é coerente. Fui vereadora da Cultura, Desporto e Inclusão Social com muito prazer e muita honra. Passei a presidente e continuei com essa responsabilidade, e mesmo sem ter essa responsabilidade, como disse e bem o Sr. Vereador há pouco, também continuei na qualidade de presidente a reunir com ministros e secretários de estado por causa

destas áreas. Portanto, acho que está na altura de dizermos chega e de não estarmos aqui “a tapar o sol com a peneira”. É porque falei com toda a gente! Disse a todos os secretários de estado e a todos os ministros do PSD e do PS que isto é um escândalo! O TAS não recebe financiamento dos sucessivos governos há mais de 10 anos, e é uma companhia profissional com uma estrutura muito pesada, e daí também as diferenças do financiamento, como dizia o Sr. Vereador Fernando Paulino. Há vários financiamentos e subsídios, e tem de haver. Para começarmos a fazer uma política de igualdade, ou ter em atenção o plano de atividade de cada um tínhamos de fazer uma grande reviravolta e irmos à “estaca zero” e dizermos às companhias que agora começam todas do zero. Não pode ser assim, há história e passado. O TAS tem uma estrutura de despesa diferente da dos outros, tem pessoal no quadro, tem uma atividade e responsabilidades diferentes ao nível da despesa. Tem também a sua contribuição para as artes e para a cultura. Também nós exigimos que seja diferente. Isto levaria a outra discussão, até com as outras companhias de teatro, embora já tenha sido feita uma com todas ainda na semana passada, e houve ali uma aproximação, mas um pouco tímida. Vamos continuar a insistir para que eles falem todos uns com os outros e para ver se arranjam aqui alguma equidade diferente. É cansativo o TAS há mais de 10 anos não receber “um tostão” do Estado, vive única e exclusivamente de subsídios da Câmara Municipal, e com muito esforço seu que também têm de fazer alguns contratos-programa com outros municípios, outras instituições e com muita atividade teatral e dentro e fora do município, etc... Fui dizendo aos sucessivos governos de todos partidos que isto não se faz, isto é escandaloso. Têm amigos sim, subsidiam este e o outro, basta puxar pelo cordel e ver quem são os encenadores, os donos das companhias, etc., e as ligações aos sucessivos governos. Têm amigos sim e nós vamos começar a denunciar isto. Agora dizem que as regras das candidaturas vão ser alteradas e vão ser mais transparentes. Também com a atividade do Fonte Nova isto é escandaloso, é a única companhia que faz um festival de teatro já internacional e com uma qualidade que toda a gente conhece bem, e é-lhes dado zero. Há uns 5 ou 6 anos atrás, o Teatro do Elefante recebeu um financiamento para ir a uma deslocação, salvo erro ao Brasil, e a DGARTES ajudou muito pouco. Assim que entrou este governo fui a correr dizer: por favor, mudem as regras dos concursos. Não matem companhias importantíssimas como são pelo menos o Teatro do Elefante que faz teatro de rua, são companhias diferentes para públicos diferentes, são companhias que vivem disto e precisamos delas. Não há cidade sem cultura, não há desenvolvimento sem cultura e educação, por isso têm de mudar as regras. O Sr. Ministro João Soares, que rapidamente saiu do governo, disse para estar descansada que iam mudar as regras. O Sr. Secretário de Estado também o disse, e também que a DGARTES ia funcionar de forma diferente. Funciona até pior agora, porque o orçamento para a cultura foi cortado em 3 milhões de euros desde 2009 para cá, segundo o que apareceu na televisão. Não sei se isto estará correto, mas senão não estávamos a assistir a esta onda de indignação de norte a sul do País. Podíamos estar indignados, mas já estamos um bocadinho habituados. Se viesse alguma coisa é que estranhávamos alguma mudança, mas isto não pode continuar! Isto tem de ter nomes e não se diz nada cá para fora. Vamos fazendo o nosso caminho, vamos silenciosamente falar com o governo do PS ou do PSD, mas nada acontece. Falamos com todos, mas é cá dentro que vamos resolvendo as coisas. Não estou nada de acordo em tirar daqui o nome do partido que sustenta este governo, e, portanto, acho que a moção pode ter estas alterações. Em relação à forma como o Partido Socialista tratou este processo também estou de acordo. O PS já percebeu que o processo não está bem feito e que tem de ser revisto, portanto, é um processo das artes e da cultura. Acho bem que possa haver esta retificação, mas não acho bem que se tire o nome do Partido Socialista.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Congratulamo-nos com a aceitação desta alteração, mas não nos revimos nesta afirmação, obviamente, e também duvidamos que todas as companhias de teatro se revejam. Uma coisa é que o que está na moção e que a todos nós



solidarizou, mas outra coisa são afirmações partidárias e que agradecemos que sejam retiradas para todos votarmos favoravelmente esta moção. O PS vota favoravelmente.

Submetida a votação, foi a moção aprovada com as alterações introduzidas, por unanimidade e em minuta.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Leu a saudação, sobre a taxa de desemprego em Portugal, ficando a mesma anexa à presente ata, sob o registo n.º 10:

"A Taxa de desemprego em Portugal tem vindo a diminuir nos últimos meses, segundo informação do Instituto Nacional de Estatística (INE).

Segundo dados deste organismo, Portugal registou em fevereiro uma taxa de desemprego de 7,8%, permitindo ao nosso país afastar-se cada vez mais no ranking dos países com taxas de desemprego mais elevadas na Zona Euro.

As políticas levadas a cabo pelo Governo do Partido Socialista têm permitido maior crescimento económico com incentivo a novos investimentos, o que resulta de forma efetiva numa redução de desemprego no nosso país.

Registamos também com agrado que esse crescimento económico e a natural redução do desemprego tenha tido reflexos positivos no nosso concelho, onde se registou pela primeira vez uma taxa de desemprego inferior à média nacional.

Saúda-se assim as políticas de maior coesão social, de criação de maior riqueza e da melhoria real das condições de vida dos portugueses, deixando para trás políticas de austeridade e de empobrecimento."

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Como sabia que esta saudação ia a discussão aproveito para dizer que a eficiência do tempo vale muito e que tenho respeito por todos os que estão a ouvir, inclusivamente também pelos senhores vereadores que aqui estão comigo. Tenho respeito pelo tempo e penso que não vale a pena duplicamo-nos. Isto também vale e também se aplica àquilo que foi a moção anterior. Como é evidente estou aqui, porque sou oposição à CDU, não é por acaso. Sou a oposição do PSD ao PS e àquilo que é o Orçamento de Estado que foi aprovado pelo PS, a CDU e pelo Bloco de Esquerda. Este é o meu entendimento. Se isso depois se reproduz em de quem é o governo, ou não, e os nomes que já foram dados e trocados, como a frente de esquerda, a geringonça, isto, aquilo ou aqueloutro a mim não me caberá designar a terminologia. É importante que exista clareza sobre essa matéria, porque não estou minimamente a tentar desvirtuar, mas tenho o direito e a obrigação de a cada 15 dias que aqui venho de trazer opiniões e que às vezes coincidem e outras vezes não. Quando coincidem tendo a falar pouco, ainda que peçam para falar ou queiram que discorde. Quando discordo falo mais. É evidente que qualquer efeito económico a que se assiste em qualquer ciclo económico não se cinge a 1, 2, 3 ou 4 anos, e não se cinge, nem de perto, nem de longe, àquilo que é a iniciativa de um, dois ou três agentes políticos. Ela tem como base os que produzem, as empresas, os trabalhadores, os investidores, quem arrisca e quem paga impostos. Esses é que deviam ter uma saudação, especialmente as pessoas que conseguiram aguentar o país pagando impostos na altura mais complicada do País, empresários trabalhadores, e, por isso, para mim, essa é a única saudação que faria sentido. Aquilo que são os agentes políticos e a forma como atuam dentro do meu partido, com uns concordo e com outros discordo. Fora do meu partido defendo-o, porque sou militante e sou vereador eleito pelo PSD. Como tal, aquilo que aconteceu e que fez o PSD intervir no País e em qualquer área, incluindo área da cultura, não o fez por gosto. Mas é evidente que teve reflexo na ideologia do PSD em muitas câmaras e há muito mais câmaras municipais do PSD onde podemos dizer que ajudaram e ajudam o investimento. Vir reclamar a questão do desemprego de um governo cujos níveis de investimento estão nas lonas e cujo investimento é feito pelos empresários, trabalhadores e câmaras municipais, acho que fica mal. Este governo, na minha opinião, não é só do Partido Socialista.

Sr. Vice-Presidente – Desta vez e a certa altura estava a pensar que por uma vez tinha de dar uma concordância ao Sr. Vereador Nuno Carvalho na sua posição. Mas depois, e completando a sua ideia, percebi que tenho de meter no mesmo saco o demérito, a culpa e a responsabilidade dos governos da troika, do PSD com os PAC 1, 2, 3 e 4 do PS, e também do atual governo que tem, de facto, uma circunstância nova. Há uma circunstância que não é só nacional, é internacional e que tem reflexos, mas não tem aquilo que os Srs. Vereadores do PS estão a querer louvar, e é preciso cair na realidade. Em consciência serão capazes de louvar o incentivo aos novos investimentos? Qual incentivo? A execução dos fundos europeus está num nível lastimoso, nem esse que é com participações comunitárias tem sido posto na economia. Quais os incentivos? O incentivo das manigâncias? Dos descontos nos impostos que levam a EDP, a Galp e outras grandes empresas a terem taxas de contribuições fiscais ridículas em relação a qualquer trabalhador, como um empregado de limpeza ou um assistente operacional numa câmara? É esse o incentivo ao investimento? É pouparem às grandes empresas o contributo fiscal que deviam dar para as finanças do País? Não vejo qual é o incentivo! Estamos num processo de coesão social? Onde é que está a solução da habitação? Há uma coisa social pela circunstância do emprego, fruto de Portugal estar no mapa e serem os municípios os maiores contribuintes para isso. Voltaram a pôr Portugal no mapa pelo investimento que fazem, reduzindo as dívidas. Setúbal é um exemplo disso, pôs-se a si mesma no mapa. Há um trabalho incessante e ao longo de vários mandatos para isso e com os respetivos interesses de investimentos. Mas não houve grande ajuda do governo para isso. A criação de maior riqueza é para quem? Para aqueles que só agora andam a lutar por conseguir ter um aumento depois de 10 anos de bloqueio salarial e para conseguirem um aumento de 28 euros na sua empresa? Há de facto riqueza para quem não paga impostos, para empresas como a EDP, Galp e Portucel, que têm benefícios fiscais estrondosos e um sistema de não contribuir para as finanças públicas nacionais com parte dos impostos dos grandes lucros que têm, mas a classe média está esmagada por impostos. Não sei se é, mais ou menos, como dizia ontem Mário Centeno, se a carga aumentou, ou não, ou se aumentou porque há menos desemprego e mais gente a contribuir. Sei é que a classe média tem uma carga de impostos duas ou três vezes maior do que aquilo que são os impostos efetivos pagos pelas empresas e pelos bancos que afundam os impostos dos portugueses. Este quadro idílico que está aqui atirado ao mérito do Partido Socialista tem que ser posto no sítio. Há uma circunstância internacional e nacional que nos leva a ter melhores resultados. Há uma imagem de que não é preciso tanta austeridade, mas é isso, uma imagem, não é uma realidade. Então o que é que são as cativações no Orçamento de Estado? O orçamento é aprovado na Assembleia com determinados valores, mas depois cativa-se e só se executa uma parte daquilo e não se pode fazer despesa, nomeadamente na cultura, e já que estamos a falar disso também. Isto tem a ver com cativações e com política orçamental e com não gastar dinheiro em certas atividades. Portanto, a política de austeridade e o empobrecimento está ultrapassado de facto? Não está, e a pergunta é retórica! Há austeridade de outras formas. Há uma circunstância que louvamos, há menos desemprego, mas não é isso que está em discussão, é o mérito que querem açambarcar exclusivamente ao Partido Socialista. Há o fruto das circunstâncias, há uma situação que é global, europeia e nacional. Se reparar não faço a acusação “de dedo completamente esticado” e como o PSD gosta de fazer. O PS cala-se sobre levar o País à bancarrota, porque não está a governar Espanha, França, ou outros países da Europa. José Sócrates não estava a governar em todos os países, mas o PS acusa e os Srs. Vereadores do PS calam-se. Foram também as circunstâncias internacionais que levaram o País à situação de quase bancarrota. Foi a questão dos juros internacionais que levaram vários estados à bancarrota. O PS teve as suas culpas, as suas responsabilidades, seguiu-se a política europeia que falhou e chegámos onde chegámos, mas não tiveram toda a culpa e nem todo o mérito. É só aí que quero chegar. A grande política nova e diferente do Partido Socialista está a tirar Portugal do desemprego, e infelizmente não é, portanto, só questionar este açambarcamento do mérito. É isto que vejo nesta saudação. Da minha parte só estou a intervir e a gastar tempo nisto, porque não devemos laborar em erros de paralaxe. Não devemos ver as coisas

4

distorcidas. É preciso muito trabalho para autonomizar o País e o tornar não dependente do falso investimento. Onde é que está o apoio ao investimento? Ele não existe! É preciso muito capital nacional e estrangeiro, mas é preciso ultrapassar aquilo continua a ser saga neste país, é a dos portugueses que pagam impostos a salvar e a enterrar o dinheiro da banca. São mais 5 mil milhões para o BES e isto nunca para. São os povos que estão a dar o dinheiro para o sistema financeiro sobreviver e se sustentar. Louvamos esta política em geral, e é esta a ressalva que quero fazer, vamos todos fazer com que se baixe o desemprego e se capte investimento, mas não se diga que é pela “varinha mágica” do Partido Socialista que conseguimos este resultado neste momento, é circunstancial e tem a ver até com condições de segurança, e de imagem. Para isso, sobretudo contribuíram os municípios portugueses mudando a imagem nas suas localidades e concelhos, reduzindo dívida e fazendo menos despesa. Também as condições de vida locais melhoraram e Setúbal é um excelente exemplo disso. Dar todos os louros ao PS parece-me um exagero e isso não tem fundamento.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Esta intervenção é de fundo ideológico e que bem conhecemos do Partido Comunista, a riqueza das grandes empresas e “contra o capitalismo marchar, marchar!”. Esse discurso não faz sentido nos dias de hoje, mas o Sr. Vice-Presidente quis afirmá-lo. Entendemos que hoje as políticas são feitas de outra forma e que todos os seus intervenientes já não se regem por essas regras do anti capitalismo. Esta é uma saudação que é política e partidária, mas estamos num órgão assim. Respeitamos todas as opiniões, mas peço também que respeitem a nossa, assim como eu respeito a opinião da Sra. Presidente numa entrevista ao jornal que tenho à minha frente, em que diz que sobre a empregabilidade pela primeira vez se registou em Setúbal uma taxa de desemprego inferior à média nacional. Para a Sra. Presidente este é o resultado de uma nova política territorial e concelhia que tem conseguido captar novos investimentos, e com isto a criação de novos postos de trabalho. Também é muito redutor que esta taxa de desemprego no concelho seja unicamente por ação da Câmara, mas entendemos que deve ser feita. Acolhemos e apoiamos que seja feita e que haja investimento no concelho, e quanto mais melhor. Queremos manter no concelho as grandes empresas capitalistas como a Portucel, não queremos que elas saiam, portanto, vamos apoiá-las e até fazer com que tragam maior e melhor investimento para o País. Queremos emprego de qualidade e não o sazonal e de ordenados mínimos que depois resulta em nada. Esta é uma saudação que visa unicamente ressalvar aquilo que são dados do INE, e que achámos por bem. O governo e os seus orçamentos têm sido apoiados também pelo Partido Comunista. Entendemos que as políticas que estão a ser tomadas a nível nacional são certas e apoiam o investimento para que se acabe com o empobrecimento e a austeridade. Essa é uma realidade que me pareceu posta em dúvida e em causa pelo Sr. Vice-Presidente, o que muito me interroga neste momento porque é vinda de um membro de um partido que apoia o governo nacional.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – O Sr. Vice-Presidente disse uma coisa importante, e penso que não foi por acaso. Não considero que aquilo que foi o resultado que ainda hoje existe e ocorre no que diz respeito à situação que vivemos no País, porque ainda vivemos e ainda a pagamos, como é evidente, seja única e exclusivamente ação de um partido, seja ele o PS, o PSD, ou o que for. Nunca tive essa consideração, e até o próprio anterior primeiro-ministro, o último do PSD, não o disse e nem repetiu. Teve o cuidado de não estar a atribuir culpas quando foi a questão do processo da troica, e a apontar de dedo esticado ao PS. Mais importante que tudo é que não volte a acontecer o mesmo, é preciso mudar as práticas. Imparidades todos têm, as empresas também e não têm fundos de salvação. As empresas têm processos na justiça e não conseguem ver as suas situações envolvidas. Depois há outros que têm processos na justiça em que o Estado devia ter a situação resolvida com eles, ou eles com o Estado, e depois as coisas não andam. No que diz respeito a isso tenho uma opinião que não é só minha, mas de muitas pessoas do meu partido. Na minha opinião tem muito mais a ver com as práticas que temos de mudar no País, e que, como é evidente, abrangem os políticos e as suas práticas. Também abrangem governos do PSD e do PS e



não tenho problemas nenhuns em dizer que sim, mas essas práticas têm de ser mudadas por todos. Sem esse tipo de postura e se hoje voltar a acontecer repetimos a situação. A saudação devia ser para quem sofreu com isso e para incentivar a quem pode impedir isso, e que como é evidente não é só por um partido e de um governo.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Há pouco os senhores diziam que era o governo e agora é o Partido Socialista, é interessante. Agora sempre que houver uma baixa no desemprego temos uma saudação e quando aumentar temos uma condenação? O mesmo seria com o PIB, e vamos por aí fora? Não faz sentido nenhum! Esta é uma saudação que devia ser presente numa reunião da concelhia do Partido Socialista, ou numa reunião da distrital, e para o Partido Socialista saudar o seu governo. Acho bem e estão no seu direito, mas levar uma câmara a saudar o governo do Partido Socialista por aquilo que foi feito por “n” fatores conhecidos e que não têm necessariamente a ver com o governo? As ações que o governo desenvolveu, no essencial e em termos de resultado, tem que ver com a pressão dos partidos que não são do PS. Os resultados em Setúbal têm a ver sobretudo com a ação em Setúbal ser altamente diferenciadora. Desculpem, mas não me parece adequado na reunião uma moção ou saudação ao Partido Socialista.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Em resposta ao Sr. Vereador Carlos Rabaçal sempre que a taxa de desemprego em Setúbal esteve acima da média nacional a culpa era dos governos. No único ano em que esteve abaixo o mérito é da Câmara. Isso responde à sua intervenção.

Submetida a votação, foi a saudação aprovada por unanimidade e em minuta.

Sra. Presidente – Em relação ao relatório da visita a São Paulo, Vitória e Curitiba, no passado dia 16 de março, de uma ação de promoção na Câmara de Comércio Portuguesa na cidade brasileira de São Paulo. Foi a convite deles e já nos andavam a convidar há muito tempo. Ali falei na qualidade de presidente da Câmara. A ação constituiu uma sessão em que foram divulgadas as potencialidades setubalenses e as oportunidades de investimento no concelho. Isto perante uma plateia de cerca de 200 pessoas com a maioria dos empresários interessados em conhecer melhor Setúbal, a quem foram distribuídas publicações sobre o concelho e um filme promocional em forma digital. Nesta ação estiveram, além da Câmara Municipal e destes 230 empresários que estavam inscritos, mais cerca de 200 pessoas. Esteve também presente connosco a APSS. A Remax de Azeitão estava lá a convite da própria Câmara de Comércio. Apresentaram-se as potencialidades e capacidades do porto e foi feita uma apresentação sobre as ofertas imobiliárias no concelho, com especial incidência na zona de Azeitão, já que é uma empresa dali. Fomos numa altura em que estão de partida para Portugal muitos brasileiros que têm como principal preocupação a segurança e tendo em linha de conta a instabilidade política e económica que se vive naquele país. Aqui temos segurança e a língua é praticamente a mesma. Os participantes mostraram grande interesse em conhecer Setúbal. Normalmente as pessoas com alguma capacidade financeira e que saem deste país dirigem-se a Lisboa, Cascais ou Porto, e, portanto, Setúbal que está a 40 quilómetros de Lisboa é desconhecida para a maior parte destes empresários. A missão setubalense em São Paulo incluiu ainda um encontro formal com o cônsul-geral de Portugal naquela que é a maior cidade de língua portuguesa em todo o mundo, com 15 milhões de habitantes. Além do Sr. Cônsul-geral, Paulo Lourenço, participaram representantes da AICEP, Turismo de Portugal, e a Câmara de Comércio de São Paulo representada pelo seu presidente, Nuno Rebelo de Sousa, que é também presidente da Federação das câmaras de comércio portuguesas no Brasil. Transmiti, em nome da Câmara Municipal de Setúbal, a nossa vontade de estabelecer relações mais fortes e profícuas com potenciais investidores daquela cidade que é considerada a capital dos negócios do Brasil. Na sessão estavam presentes quatro empresários de Setúbal, o que é extremamente interessante. Registámos com grande agrado a disponibilidade do consulado e das várias entidades presentes na reunião para apoiar a realização de mais ações de divulgação de Setúbal no Estado de São



Paulo, ações que podem incluir a realização de visitas de jornalistas dali ao nosso concelho. Pediram também geminações com cidades do Estado de São Paulo e a facilitação de contactos com grandes empresas que podem interessar-se por investimentos estruturantes da nossa cidade. Além do encontro no consulado a missão setubalense manteve reuniões com grandes empresas de São Paulo, para além daquelas duzentas pessoas que estavam ali. Reunimos, por exemplo, com a GInter, uma empresa de logística especializada em mudanças internacionais, e classificada como a maior da América Latina naquele setor. Com a W-Torres, um dos maiores grupos empresariais brasileiros a atuar nas áreas da construção, propriedades comerciais, imobiliário, centros logísticos, entretenimento, *shopping centers* e infraestruturas. Com a Cisa Trading e a Comexport também. Estas foram só algumas das maiores com que contactámos, e também com a Coimex, uma empresa com negócios na área da energia e do aço e que pensa alargar as suas atividades para Portugal. Encontramos ainda com representantes de três bancos: Ourinveste e Safra – entidades especializadas em câmbios e investimentos, e também com a Haitong Financing Solution. Em todas estas reuniões realizadas em três dias mostraram grande interesse por Portugal e pela possibilidade de aqui virem a realizar investimentos. A todos apresentámos as nossas capacidades e potencialidades, destacando a qualidade de vida, as nossas paisagens e gastronomia, e acima de tudo a segurança, e as oportunidades de investimento que temos para oferecer acompanhadas de grande disponibilidade para apoiar a vinda deste investimento brasileiro. No âmbito desta visita fomos ainda a Vitória, a capital do Estado de Espírito Santo, e a Curitiba, a capital do Estado do Paraná. Em Vitória reunimos com a prefeitura da cidade que tem interesse em fazer uma geminação com Setúbal e a candidatura da sua baía, que é lindíssima, ao Clube das Mais Belas Baías do Mundo. Foram também apresentadas algumas oportunidades de investimento no nosso concelho, reunimos com o vice-governador do Estado de Espírito Santo e com um senador. Em Curitiba, numa curta visita de dia e meio, reunimos com responsáveis do ateliê de Jaime Lerner, o arquiteto que foi considerado um dos mais importantes urbanistas do mundo, foi prefeito em Curitiba e governador do Paraná. Jaime Lerner ficou conhecido pelas soluções urbanas inovadoras introduzidas a partir da década de 70 do século passado, quando foi pela primeira vez prefeito da capital do Paraná. Nesta reunião endereçámos a este arquiteto o convite para participar numa conferência internacional que a autarquia tenciona promover em Setúbal sobre questões do urbanismo. No final deste ano, vamos ter o primeiro seminário sobre questões de urbanismo ligadas a requalificações de zonas ribeirinhas, e no próximo ano, ou no ano a seguir, vamos ter esta grande conferência internacional de dois ou três dias em que Lerner virá participar. Além de outros contactos realizados com a finalidade de procurar mais investidores para o concelho reunimos ainda com a diretora-presidente do Museu Óscar Niemeyer, com quem poderemos, e caso haja condições para tal, estabelecer uma parceria, sendo que mostraram interesse nisso.

B) PERÍODO DA ORDEM DO DIA

A Ordem de Trabalhos da reunião, entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2, do artigo 25.º, do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 44/15, de 07 de janeiro, consta em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 11.

Índice

- A) Período de Antes da Ordem do Dia**
 - 1. Informações à Câmara (eventual apresentação).**
 - 2. Assuntos diversos de interesse para a autarquia.**
- B) Período da Ordem do Dia**
 - 1. Deliberação n.º 96/18 – Proposta n.º 11/2018 – DURB/DITA – Isenção do pagamento de todas as taxas inerentes a alteração e ampliação de uma fração destinada a creche – Associação Cristã da Mocidade – Rua do Mormugão, 42 – D – União de Freguesias de Setúbal.**

2. *Deliberação n.º 97/18 – proposta n.º 04/2018 – GAF – Alteração à proposta n.º 01-A/GAF/2017 – Acordos de Execução entre a Câmara Municipal de Setúbal e as Juntas de Freguesia do concelho – 2018-2021 – Gestão e manutenção de novos espaços verdes.*
 3. *Deliberação n.º 98/18 – Proposta n.º 05/2018 – GAF – Adenda à proposta n.º 01-A/GAF/2017 – Acordo de Execução entre a Câmara Municipal de Setúbal e a União de Freguesias de Setúbal – 2018-2021 – Artigo 7.º A – “Assegurar a limpeza das vias e espaços públicos, sargetas e sumidouros” – Eco Parque do Outão. RETIRADA.*
 4. *Deliberação n.º 99/18 – Proposta n.º 04/2018 – CBSS – Aceitação de doação ao Município, efetuada pela empresa “Rebonave Reboques e Assistência Naval, S.A.”.*
 5. *Deliberação n.º 100/18 – Proposta n.º 09/2018 – DOM/SMHAB – Aceitação de doações – Festa de Natal do Projeto Férias no Bairro – Programa Nosso Bairro, Nossa Cidade.*
 6. *Deliberação n.º 101 /18 – Proposta n.º 33/2018 – DCED/DICUL – Apoio ao 36.º Concurso do Vestido de Chita da União Cultural, Recreativa e Desportiva Praiense.*
 7. *Deliberação n.º 102/18 – Proposta n.º 34/2018 – DCED/DICUL – Apoio à Associação Portuguesa dos Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Setúbal – APPACDM – pela participação nas Marchas Populares de 2018.*
 8. *Deliberação n.º 103/18 – Proposta n.º 35/2018 – DCED/DICUL – Fixação de preços de produtos detidos pela autarquia na Casa da Cultura – adenda.*
 9. *Deliberação n.º 104/18 – Proposta n.º 36/2018 – DCED/DICUL – Apoio ao Coral Infantil de Setúbal – formação musical.*
 10. *Deliberação n.º 105/18 – Proposta n.º 37/2018 – DCED/DICUL – Apoio financeiro ao São Domingos Futebol Clube.*
 11. *Deliberação n.º 106/18 – Proposta n.º 38/2018 – DCED/DIDES – Apoio financeiro ao Clube de Ténis de Setúbal – eventos desportivos internacionais 2018.*
 12. *Deliberação n.º 107/18 – Proposta n.º 39/2018 – DCED/DIDES – Apoio financeiro ao Clube de Ténis de Mesa de Setúbal.*
- C) *Período destinado à intervenção do Público*

1. Deliberação n.º 96/18 – Proposta n.º 11/2018 – DURB/DITA – Isenção do pagamento de todas as taxas inerentes a alteração e ampliação de uma fração destinada a creche – Associação Cristã da Mocidade – Rua do Mormugão, 42 – D – União de Freguesias de Setúbal

Após a apresentação da proposta pela Sra. Presidente, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 12, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

2. Deliberação n.º 97/18 – Proposta n.º 04/2018 – GAF – Alteração à proposta n.º 01-A/GAF/2017 – Acordos de Execução entre a Câmara Municipal de Setúbal e as Juntas de Freguesia do concelho – 2018-2021 – Gestão e manutenção de novos espaços verdes

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Carlos Rabaçal, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 13 e 14, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.



3. **Deliberação n.º 98/18 – Proposta n.º 05/2018 – GAF – Adenda à proposta n.º 01-A/GAF/2017 – Acordo de Execução entre a Câmara Municipal de Setúbal e a União de Freguesias de Setúbal – 2018-2021 – Artigo 7.º A – “Assegurar a limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros” – Eco Parque do Outão**
RETIRADA

4. **Deliberação n.º 99/18 – Proposta n.º 04/2018 – CBSS – Aceitação de doação ao Município, efetuada pela empresa “Rebonave Reboques e Assistência Naval, S.A.”**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Carlos Rabaçal, cujo original fica anexos à presente ata sob o registo n.º 15 e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

5. **Deliberação n.º 100/18 – Proposta n.º 09/2018 – DOM/SMHAB – Aceitação de doações – Festa de Natal do Projeto Férias no Bairro – Programa Nosso Bairro, Nossa Cidade**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Carlos Rabaçal, cujo original fica anexos à presente ata sob o registo n.º 16 e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

6. **Deliberação n.º 101 /18 – Proposta n.º 33/2018 – DCED/DICUL – Apoio ao 36.º Concurso do Vestido de Chita da União Cultural, Recreativa e Desportiva Praisense**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 17, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

7. **Deliberação n.º 102/18 – Proposta n.º 34/2018 – DCED/DICUL – Apoio à Associação Portuguesa dos Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Setúbal – APPACDM – pela participação nas Marchas Populares de 2018**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 18, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

8. **Deliberação n.º 103/18 – Proposta n.º 35/2018 – DCED/DICUL – Fixação de preços de produtos detidos pela autarquia na Casa da Cultura – adenda**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 19, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

4

9. **Deliberação n.º 104/18 – Proposta n.º 36/2018 – DCED/DICUL – Apoio ao Coral Infantil de Setúbal – formação musical**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 20, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

10. **Deliberação n.º 105/18 – Proposta n.º 37/2018 – DCED/DICUL – Apoio financeiro ao São Domingos Futebol Clube**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 21, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

11. **Deliberação n.º 106/18 – Proposta n.º 38/2018 – DCED/DIDES – Apoio financeiro ao Clube de Tênis de Setúbal – eventos desportivos internacionais 2018**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 22, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

12. **Deliberação n.º 107/18 – Proposta n.º 39/2018 – DCED/DIDES – Apoio financeiro ao Clube de Tênis de Mesa de Setúbal**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 23, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

B) Período destinado à intervenção do público

Sra. Maria Alice Ramalho – Faz hoje oito dias que a Sra. Presidente esteve na Rua Gomes Cardim, local onde decorre uma obra de arruamento e pavimento, e foi-me informado que a parte do lado direito, onde é a minha residência, não será efetuada. Pergunto se este foi o contrato que se fez com a empresa e como está a situação atualmente. O lado da minha fração é privado e não irão fazer os passeios. Inclusivamente já cai lá, pelo que falei com o fiscal que ali estava. Em dias de chuva é muito perigoso.

Sra. Presidente – O Sr. Vereador Carlos Rabaçal, que é o responsável das Obras, irá lá com o projeto e com os técnicos para ver o que é que se passa.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – A senhora está a falar de uma obra que está a decorrer e é histórica. Há décadas que aquilo estava inaceitável e finalmente está a ser feita uma obra que liga ruas que estavam trancadas, abrindo caminhos, circulação e relações entre pessoas. Não sei do que falou exatamente, mas fico com o seu contacto e irei lá rapidamente para ver o que se passa, e se é realizável o que pede. Isso só se pode ver no terreno.

Sra. Presidente – Em relação ao Sr. Carlos Serra não é necessário vir cá todas as vezes acerca dos vazados. Já fomos ver na fiscalização e o que consta nos processos é que são edificações muito antigas e que não há registo de terem, ou não, sido licenciadas. Assim, não iremos mandar fechar as janelas daquelas pessoas que ficariam com a casa no escuro. De acordo com as queixas foi-se fazer a fiscalização e os fiscais não têm a data a partir da qual houve autorização, ou não. Não pode ser a Câmara agora a mandar fechar e não o vamos fazer. Esta é a resposta definitiva, as pessoas não podem ficar enclausuradas em casas pequenas e baixinhas.

Sr. Carlos Serra – Essas janelas foram abertas há relativamente pouco tempo e só eu é que tenho acesso ao quintal, porque é privado. A pessoa do lado faz daquilo um autêntico caixote do lixo e não tenho que ir ao quintal e levar com uma garrafa de vidro na cabeça.

Sra. Presidente – Podemos autuar as pessoas devido ao lixo, mas não podemos fechar as janelas.

Sr. Carlos Serra – São janelas de tamanho normal, não são guaritas, e essas pessoas podem abrir claraboias no telhado.

Sra. Presidente – O senhor acha bem isso? As janelas não irão ser mandadas fechar.

Sr. Carlos Serra – Isso é contra a lei, não sei se a Sra. Presidente sabe. Gostaria de ver os autos disso.

Sra. Presidente – Basta ir à fiscalização e ver isso. Quanto à questão dos vasos a Câmara não pode andar a trocá-los de lugar, e além disso são necessários ali por questões de estacionamento abusivos.

Sr. Carlos Serra – A minha questão é que houve dois indivíduos que os arrastaram até à minha porta impedindo-me o acesso a casa, por isso o que peço é que sejam fixados ao chão, ou que ponham lá uns mais pesados. Tenho o direito a entrar na minha propriedade privada, ainda mais quando chego da hemodiálise e preciso de descansar. Até recorri à PSP por causa disto e devem ter cópias disso na Câmara. Na casa ao lado há um sinal abusivo de cadeiras de rodas.

Sra. Presidente – Não vamos fazer nada disso numa rua tão estreita e nem vamos pôr pilaretes, porque íamos abrir precedentes para muitas situações. Além disso há a questão das emergências, pois tinha de se estar a partir aquilo tudo em caso de necessidade. Não podemos pôr ali outro tipo de vasos e já tomámos todas as medidas com a fiscalização, até com a colocação de faixas amarelas. A polícia com estes riscos colocados no chão tem sempre de intervir. Em relação a isto já fizemos tudo o que podíamos. No Bairro do Troino há muita gente idosa e temos os cuidados possíveis. Iremos ver a situação da cadeira de rodas da casa ao lado e o sinal lá colocado. Se calhar a pessoa já não vive ali e continua a estar ali o sinal.

Sra. Maria Pilar Mendes – Estive cá na semana passada e o Sr. Vereador Carlos Rabaçal disse que não havia casas, mas há muitas casas nos bairros, umas destruídas até. Peço uma casa, mesmo estragada, porque gosto de fazer arranjos, e porque estou a viver na rua. Tenho um filho, nora e neta que também estão a viver assim. Estou a pedir uma casa à Câmara há 17 anos e não posso continuar a viver deste modo. Peço que lá vão para ver as condições em que estou, nomeadamente a Sra. Presidente.

Sra. Presidente – Quem conhece e está a tratar do assunto é o Sr. Vereador Carlos Rabaçal e diz que não há casas. A inscrição está feita e terá de aguardar, não podemos pôr uma pessoa na rua para pôr lá outra. As casas vazias são dos proprietários, de pessoas que estão imigradas, ou que estão na prisão.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Estamos num processo legal em que toda a gente tem de entregar papéis outra vez e vai haver um concurso. Estamos obrigados por lei a cumprir as regras desse concurso que vai colocar as pessoas de acordo com a situação de cada um, em termos de prioridades e tipologia. Vamos cumprir isso rigorosamente. A Câmara não tem capacidade para problemas de emergência social, que é o caso, quem resolve isso é a Segurança Social. Ainda há dias falei com a Sra. Diretora e ela assumiu a situação. Em relação às casas ditas vazias, e tal como disse a Sra. Presidente, há pessoas que estão em várias situações, umas a trabalhar no estrangeiro, etc... Agora temos três casas vazias na Bela Vista, mais uma na Alameda e outra nas Manteigadas, mas isso é porque estão inabitáveis e não permitimos que ninguém lá entre antes de se fazer obras de fundo senão as pessoas que forem para lá ficam doentes. Isto não tem a ver com a casa, mas com o prédio. No caso da Bela Vista tem a ver com esgoto, quando há chuvas fica inundado e ninguém pode viver ali. Uma outra casa tem infiltrações graves e tirámos de lá as pessoas. Tirando isto não temos nenhuma casa livre. As casas da Câmara são ocupadas no dia seguinte a estarem livres, porque temos pelo menos 500 pessoas que precisam de uma casa já hoje. O que a Câmara está a fazer é a gerir as casas que tem porque é esse o seu dever. Fazer casas novas é um problema do governo, que não as está a fazer, e basta ver o Orçamento de Estado, sendo que até alguns socialistas estão contra isso. As casas que temos vão vagando muito pouco até porque a situação das pessoas piorou. Em vez de estarem a vagar mais casas como acontecia há uns anos atrás estão a vagar menos. Em 8 anos atribuímos cerca de 400 casas. Precisávamos de atribuir mais 400 ou 500 casas, e só neste ano, porque há muitas pessoas com necessidades graves. O facto de estar na rua já é um fator que conta na sua ponderação, e dentro da lista irá ficar classificada de acordo com a gravidade, mas tem de esperar que se resolva o problema da lista, porque não podemos fazer mais.

Sra. Laurinda Silva – Estou numa casa que não tem condições nenhuma, mas pelo menos tinha um teto. Acontece que o proprietário vai fazer obras e vai-me despejar. Tenho três filhos com broncopneumonia, um é também asmático e a bebé acabou de sair do hospital com bronquiolite. A Sra. Dra. Raquel Levy viu os papéis médicos e disse-me que não posso continuar nesta situação. Não tenho para onde ir.

Sra. Presidente – O que o Sr. Vereador Carlos Rabaçal acabou de dizer aplica-se aqui também, a situação é a mesma. Ninguém pode estar na rua e nestes casos a Segurança Social têm de agir ao abrigo da emergência social e garantir o arrendamento por algum tempo. Terá de se dirigir à Segurança Social, é uma responsabilidade do Estado. Não estamos a fazer casas novas e não são as autarquias que têm a responsabilidade de as fazer. Há algumas autarquias que o podem fazer porque têm mais condições, mas nós não temos.

Augusto Cruz – Leu um documento, do qual fez entrega, ficando o mesmo arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 24.

A Sra. Presidente submeteu à votação e aprovação as deliberações tomadas em minuta, as quais foram aprovadas por unanimidade.

Esgotada a ordem de trabalhos, a Sra. Presidente declarou encerrada a reunião quando eram dezanove horas.

Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.

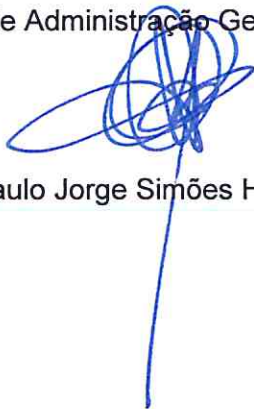
A Senhora Presidente da Câmara,



Maria das Dores Marques Banheiro Meira

Esta ata que foi aprovada em reunião de Câmara de 02 de maio de 2018, por unanimidade, contém 23 folhas numeradas e rubricadas pela Sra. Presidente.

O Diretor do Departamento de Administração Geral, Finanças e Recursos Humanos



Paulo Jorge Simões Hortênsio

Ata elaborada por:
Manuel Cordeiro

Conferida por:
Ana Cristina Claro